

DOWNLOAD E UPLOAD - ENTRADA E SAÍDA

Por Aleluia, Hildeberto

Vivendo e aprendendo. Confie desconfiando. Um olho fechado e o outro aberto. Um passo à frente, dois para trás. Promessa é dívida. É aí que a porca torce o rabo. Não compre gato por lebre. São alguns ditos populares consagrados. Todos servem como chistes na hora de contratar ou lidar de alguma forma com a banda larga no Brasil. Em qualquer velocidade. Desde 01 a 100 Megabytes (Mbps). São inúmeras as armadilhas dos concessionários e provedores. Na hora de vender, eles prometem mundos e fundos. Na hora de usar, você perceberá, muitas vezes, que comprou gato por lebre ou que a maravilha prometida na hora da venda é só numa banda, a outra é podre. Na esfera do "promessa é dívida", o governo não consegue saldar o compromisso do Plano Nacional da Banda Larga (PNBL). Foi trocado o presidente da Telebrás. O que saiu adiante por duas vezes o início da operação do plano, além de ter conseguido se embrenhar numa floresta de suspeição em contratos firmados com o setor privado que hoje repousam nas mesas do Tribunal de Contas da União, o TCU.

O que estava previsto para começar em janeiro passado até agora nada. O novo presidente, senhor Caio Bonilha, mal assumiu (com a incumbência de mostrar resultados) já proclamou a paz com as operadoras de telefonia privadas ao anunciar a desistência da empresa de competir com as teles, garantindo que não há a menor possibilidade da Telebrás atuar no varejo. Sua meta é estimular a participação de novos provedores nas regiões do país onde não existe banda larga. É um recuo e tanto. Nos planos do governo passado e no começo do atual, essa hipótese nunca foi reconhecida. Para mostrar serviço, ele anunciou também as seis primeiras cidades que irão contar com o serviço de banda larga de até um mega por 35 reais por mês. Samambaia e Recantos das Emas, cidades no entorno de Brasília, Santo Antonio do Descoberto, Anápolis, Senador Canedo e Aparecida de Goiânia, em Goiás, são as escolhidas para receberem os benefícios do PNBL. Anunciou também que espera atingir até 300 cidades ainda este ano de 2011. Enquanto isso, nos bastidores permanece o impasse para a decisão de atuação das teles no mercado de até um mega em mais de quatro mil municípios brasileiros. Cada uma tem um plano e exigências.

Não nos esqueçamos que a cada movimento do governo a meta diminui o número de cidades a serem alcançadas este ano e o prazo se amplia. Em entrevista, o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo (PT-PR), reconhece que está conversando com operadoras fixas e móveis para "sair pacotes de tudo quanto é jeito". Assegura, e é verdade, que esse plano irá deflagrar uma venda enorme de equipamentos como tablets, notebooks e smartphones, estimulando a economia. "Só quem não oferece resistência aos planos do governo são as nánicas CTBC e Sercomtel" revela. Ele tem pressa na negociação. Dia 30 de junho vence o prazo para a publicação do Decreto, com a terceira revisão do PGMU - Plano Geral de Metas e Universalização. O PGMU funciona como o PNBL, só que se destina à outorga de concessões para operações do PNBL. Ele autoriza os órgãos competentes a emitir as licenças para quem deseja operar a banda. Era para ter entrado em vigor em janeiro passado. Também adiado por conta dos interesses das empresas concessionárias que na época consideraram insatisfatórias as condições existentes para atenderem o PNBL. Durma com um barulho desses. Sejam quais forem as metas serão necessários muitos milhões e até bilhões de reais para investimentos. O governo não tem os recursos e as operadoras torcem o nariz na hora de investir para atender a essa demanda barata. É como o cachorro correndo atrás do próprio rabo. Um dia ainda acaba, na mão de o consumidor financiar esta expansão, tal e qual era no passado o financiamento da implantação das linhas de telefones convencionais. O que não seria má ideia. Mas é preciso coragem para uma medida como essa. Outra solução é o governo abrir o mercado da banda larga para empresas estrangeiras. Várias delas, inclusive empresas de países que lideram o ranking de velocidade na banda larga mundial, como Suécia e Coréia do Sul, já procuraram o Ministério das Comunicações revelando intenções. Uma empresa americana quer atuar, exclusivamente, na banda larga rural. Revelações feitas pelo próprio Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. O Ministro parece interessado. Resta saber se os interesses do cartel das teles não vão acabar falando mais alto. O mercado brasileiro é excelente. Não só no potencial de consumo como em remuneração, já que os preços cobrados no Brasil para fornecimento de banda larga são os mais altos do mundo.

De acordo com um estudo feito pela empresa de consultoria LCA, encomendado pelo Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular (Sinditelebrasil) apresentado no 55º Painel Telebrasil, promovido pela Associação Brasileira de Telecomunicações, em São Paulo, no começo de junho de 2011 até 2020, o Brasil poderá aumentar o número de acessos à internet por banda larga dos atuais 41 milhões para 154 milhões. Não confundir acesso com assinatura. Mas para conseguir o feito custa caro. O país terá que investir cerca de 150 bilhões de reais em infraestrutura e equipamentos para implantar e ampliar as redes de banda larga nas áreas mais remotas. Com isso, a taxa de penetração da banda larga sairá dos atuais 21 por cento da população para atingir 75 por cento dela. Em 2020, oitenta e sete por cento das conexões fixas e móveis teriam velocidade acima de 12 megabytes por segundo se os investimentos previstos forem realizados. É pouco. Países líderes em conexão rápida de banda larga já comercializam mais de 100 megas por segundo, em mais da metade de sua população. E por essa época, alguns, como os Estados Unidos, por exemplo, já estão prevendo a comercialização de um gigabyte por segundo (mil megas).

Hoje, no Brasil, a velocidade média de conexão é de 1,7 (kbits) com a maior parte dos acessos concentrados na faixa de até 2 megas. Essa evolução só será possível com os investimentos requeridos aliados a outras medidas tais como incentivos fiscais, recursos de fundos setoriais e disponibilização de faixas de frequência. Quando olhamos para esses números de velocidade média, eles até são generosos com a banda larga, pois são tomados como referência na prancheta. Na operação, nos deparamos com situações diferentes. Uma assinatura de banda larga da Operadora Oi, na cidade do Rio de Janeiro, de 10 megas é vendida como o supassumo da eficiência e rapidez da banda. Na hora de usar, às vezes, fica-se sabendo que é aí que a porca torce o rabo. Há limites nas operações de download e upload. Para se ter uma pálida ideia da qualidade das conexões no Brasil, a maior média de download fica no Amapá e é de 960 (kbits). Em seguida vem São Paulo com média de 835 (kbits). Compare com o Marrocos onde a velocidade média é de 1.516 (kbits), na Lituânia de 7.042 (kbits) e na Bulgária de 7.042 (kbits). Inacreditável. Junte o PIB (Produto Interno Bruto) dos três e caberá dentro da cidade de São Paulo. No Japão, a melhor do mundo, a velocidade média é de incríveis 16.146 (kbits). Se você deseja saber a quantas anda a velocidade de sua assinatura da banda larga, procure no site da própria operadora ou vá ao site <http://speed.net>. Em inglês, você terá a medição da velocidade exata e verá que nem tudo é como lhe parece. Ou como lhe vendem.

Aleluia, Hildeberto é jornalista. (<http://aleluiaecia.blogspot.com>)